
A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: CONTEXTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

THE IMPORTANCE OF PUBLIC POLICIES FOR SCIENTIFIC INFORMATION ACCESS:
THE CONTEMPORARY SOCIAL CONTEXT

Lorena de Oliveira Souza Campêllo

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFS) e do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rede PRODEMA/UFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1176-6760> E-mail: lorenacampello@hotmail.com

Robson Beatriz de Souza

Bibliotecário do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Mestrando em Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGCI/UFS). Graduado em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9257-9712> E-mail: robsonbiblio@gmail.com

RESUMO

Este artigo retrata a importância de políticas públicas de acesso à informação científica para obter informação e gerar conhecimento na sociedade. Apresenta ações que ressaltam o desenvolvimento cidadão através do acesso à informação, com o objetivo de verificar a importância do acesso e uso da informação científica como fundamental para a sociedade da informação, com ênfase para perspectivas de construção social. Considerando como a prática de políticas públicas de acesso à informação científica vem mobilizando as instituições e organizações a desenvolver, métodos e ferramentas que facilitem a recuperação, reutilização e colaboração da informação científica, correspondendo com práticas seguras de acesso e novas formas de profunda mudança para a sociedade. Conclui especificando como pode ser transformador as políticas e iniciativas voltadas para o acesso da informação científica nas instituições, para promoção da cidadania e desenvolvimento da sociedade da informação, bem como a democratização do conhecimento científico, revelando o destaque que as políticas públicas de acesso à informação científica tem com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação.

Palavras chaves: Comunicação científica. Políticas e ações de informação. Sociedade da Informação

ABSTRACT

This article informs the importance of public policies for access to scientific information to obtain information and generate knowledge in society. It presents actions that emphasize citizen development through access to information, in order to verify the importance of access and use of scientific information as fundamental to the information society, with emphasis on perspectives of social construction. Considering how the practice of public policies for access to scientific information has been mobilizing institutions and organizations to develop methods and tools that facilitate the recovery, reuse and collaboration of scientific information, corresponding to secure practices of access and new ways of profound change for scientific information in the society. It concludes by specifying how can policies and initiatives aimed at accessing scientific information in institutions be transforming, to promote citizenship and development of the information society, as well as the democratization of scientific knowledge, revealing the highlight that public policies for access to scientific information research has with the advent of new information and communication technologies.

Key words: Scientific communication. Information policies and actions. Information Society

1 INTRODUÇÃO

A informação sempre foi um bem comum para o exercício da cidadania, crescimento e desenvolvimento da sociedade, fundamental para a tomada de decisão e geração de conhecimento, promovendo o desenvolvimento econômico e social. De acordo com SILVA (2015) A informação é uma produção fenomenalmente social que tem por finalidade dinamizar a intercomunicação humana e promover exposições e descobertas para construção do conhecimento, por meio de dados.

Neste artigo procuramos investigar o acesso à informação científica como prática da construção social dos indivíduos no contexto social contemporâneo, com o objetivo de verificar o acesso à informação científica para o exercício da cidadania, atrelado ao movimento pelo acesso aberto à produção científica como relevante e necessário para a sociedade da informação. Segundo (Ferreira; Santos; Machado, 2012) dessa maneira é cada vez mais necessária a conscientização da sociedade civil no tocante a esta luta pela elaboração de políticas ou programas públicos de informação que possibilitem o acesso de todos os cidadãos às informações governamentais, jurídicas, econômicas sociais e culturais, bem como para transformar o acesso à informação em novos paradigmas de transferência de conhecimento para a sociedade.

Dentro deste cenário, ganha atenção a evolução das tecnologias de comunicação e informação que desenvolvem e modificam a forma como o indivíduo tem acesso à informação e traz desafios para a sociedade no século XXI, que envolve a tríade informação, comunicação e conhecimento. Dessa maneira, a implementação de políticas de acesso à informação são um desafio que muitos países devem enfrentar para participarem efetivamente da sociedade da informação. (Ferreira; Santos; Machado, 2012). Com isso, verificou-se o papel da produção literária científica no destaque no processo de inovação e desenvolvimento social, portanto as políticas de acesso à informações científicas são necessárias para transformação no contexto social contemporâneo que consistem na possibilidade de exercício da cidadania dos indivíduos, de acordo com Martins e Presser (2015), o acesso à informação é examinado segundo a perspectiva de utilidade social, seja no campo jurídico, político ou científico. A cidadania é tratada de maneira mais empírica do que teórica.

Percebe-se que a promoção de políticas públicas de acesso aberto à informação científica, são desafios para profissionais e organizações que fazem uso desta pela relevância e importância aos aspectos, socioeconômicos e socioculturais, conforme salientam Jardim, Silva e Nharreluga (2009):

As novas dinâmicas de produção e de uso da informação que emergiram após os anos 90, especialmente nos países de capitalismo central provocaram reconfigurações em diversos cenários informacionais: nas relações entre Estado e Sociedade, nas agendas governamentais, nos parâmetros econômico-produtivos, nos métodos e conceitos de

gestão no universo corporativo, em comportamentos sociais diversos, etc. (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 03).

A importância da informação científica para o desenvolvimento tem demandado novas propostas e esforços por representar um bem comum para a sociedade. Numa concepção ampla, as políticas públicas de acesso à informação podem contribuir com métodos e alternativas para a promoção de desenvolvimento social, como: a adoção de softwares livres, desenvolvimento tecnológico, projetos e programas aliados às novas tecnologias como instrumento de função inclusiva para a inserção adequada de acesso à informação para a sociedade. É essencial considerar que a sociedade da informação não é um modismo, ao contrário, representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico (TAKAHASHI, 2000).

Nota-se que a aplicação de serviços e produtos que propõem soluções para o contexto social pode contribuir de forma clara para promover mudanças e impacto social na sociedade, ou seja, o acesso à produção científica tende a mostrar resultados estimulantes para a sociedade, podendo ser capaz de melhorar o acesso e uso da informação, desenvolvendo, desta forma, competências na sociedade da informação.

Com isso, passa-se a abordar novos elementos de análise, considerados dentro de um complexo de relações e conflito e busca de consenso à medida que a sociedade, ou, pelo menos, parte dela, por meio da informação e do conhecimento, tende a apropriar-se de novas formas de manifestação e de influência nas decisões e ações públicas. (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 03)

Desse modo, tem-se como dificuldade a falta de instituições que promovam o acesso à informação e sigam um plano de acordo com as políticas de acesso à informação já existentes, como a efetivação de programas/projetos que relacionem a importância do acesso à informação científica para fomentar o conhecimento, ampliar a visibilidade das instituições para desenvolver e desempenhar um papel social-democrático e inclusivo, tais como repositórios institucionais, que poderão responder algumas necessidades para promover acesso e disseminação da informação, que tem a importância como veículo propulsor da circulação da informação, recuperação e trata-se de iniciativas para a produção de conhecimento no contexto social contemporâneo.

Acrescente-se também que a sociedade é destituída de outros serviços que poderiam agregar mais valor ao cenário das políticas públicas de acesso à informação como as bibliotecas públicas dos grandes centros, que em sua maioria não acompanharam o avanço tecnológico e limitaram a oferta à sociedade, principalmente quando relacionado ao acesso de informação com conteúdo científico, suportes para o exercício da cidadania. De acordo com Milanesi (2003) as tradicionais bibliotecas

públicas há muito deixaram de responder às necessidades coletivas. Por mais que se faça algo para mudar, o que se encontra é uma dificuldade por parte da sociedade.

É preciso então compreender a importância de políticas públicas de acesso à informação para a construção de cidadania, cuja incumbência é a de desenvolver competências para uso da informação e ressaltar as mudanças tecnológicas na sociedade, incentivando a prática científica e o desenvolvimento de competências na sociedade da informação, estimulando os indivíduos a novos conhecimentos, priorizando não só a pesquisa, mas o compartilhamento da informação, gerando conhecimento para todos. Para Martins; Presser (2015), o acesso à informação é condição para o exercício da cidadania, por ser pressuposto da consciência de direitos e deveres básicos, sendo assim, tal acesso pode ser considerado um construto básico para a estruturação social.

A informação passa a ser de fato um dos elementos básicos no processo de transformação da sociedade nos moldes atuais, a busca contínua por novos conhecimentos que possa promover novos padrões de contexto social para a sociedade da informação, demonstra a essência destas discussões a respeito do tema. Nessa perspectiva, (Silva et. al, 2005), afirmam:

Tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, quanto a implementação dos deveres do cidadão dependem do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres. Ou seja, dependem da ampla disseminação e circulação da informação e, ainda, de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e, portanto, com maiores oportunidades para todos os cidadãos (SILVA et. al, 2005, p. 31).

Considerada atualmente como elo de desenvolvimento para a sociedade, a informação científica vem crescendo ao passo das novas tecnologias de comunicação e, neste cenário, a busca e o uso da informação como parte de desenvolvimento social passa a ser um dos fatores determinantes para a sociedade. “Observa-se que, neste caminhar, a experiência do uso e busca da informação, torna-se ação integrante da aprendizagem, visto que o pensamento se constrói na interação das novas informações[...]” (GASQUE, 2012, p. 69).

Contudo, buscamos nesse tema, que está aberto a novas investigações, trazer à luz do discurso, o acesso à informação científica para a construção de cidadania, no entanto enfatizamos a importância da informação para a construção social, pois, sustenta-se a noção de indivíduos com estímulo ao trabalho intelectual para promover novos conhecimentos e conscientização de seus direitos e deveres no seu desenvolvimento intelectual, cultural e social, de acordo com o manifesto da UNESCO, 1994, para bibliotecas públicas.

2 CIDADANIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

A origem da palavra cidadania vem do latim “civitas”, que quer dizer cidade. A palavra cidadania foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos a ela pertencentes.

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALLARI, 1988, p. 14).

Segundo Brasil (1988), no Art. 1º a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Inicialmente são belas palavras que, no entanto, não conseguem esconder a verdadeira realidade: a sociedade tem os direitos garantidos, mas, por outro lado, há a dificuldade para ter de fato acesso a alguns conteúdos que desenvolvam os elementos essenciais para exercício da cidadania. É importante ressaltar que o exercício da cidadania depende de algumas ações do Estado, como implementar políticas públicas, assegurando aos indivíduos o exercício de seus direitos e deveres, pois ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei (PINSKY; PINSKY, 2005).

A resposta para esta fundamentação está ao condicionante de algumas políticas públicas que favoreçam o exercício da cidadania, ou seja, na construção de bases para implantação de programas e/ou projetos que façam a inclusão para uma verdadeira cidadania dos indivíduos. Assim, o desenvolvimento do conceito de cidadania leva-nos a compreender o indivíduo enquanto sujeito social. Assim sendo, surge o questionamento: como o reconhecimento do acesso à informação vai garantir cidadania? Nesse sentido, pensar na estreita relação da participação do sujeito, mostra-nos que ações

voltadas ao entendimento da responsabilidade, participação e decisão que envolve o acesso à informação pelo indivíduo, faz ser entendido como papel do Estado para sugerir propostas que façam do acesso à informação, condição para o exercício da cidadania.

Por isso, é fundamental ao desenvolvimento social, políticas públicas inclusivas com a participação responsável do Estado, como principal gestor e com caráter decisório para construção coletiva de uma sociedade mais justa e igualitária a partir de suas oportunidades.

Já para Souza (2004), a cidadania não pode ser vista como algo estanque, mas como resultado de um dinâmico processo dialético em nossa sociedade. Todas estas questões sociais marcam um processo de poder que ditam as regras na sociedade. A necessidade de um resgate de valores e origens evidencia como a população incorpora o conceito de cidadania. A dimensão da experiência concreta dos movimentos sociais da luta pelo reconhecimento de seus direitos e deveres é a forma de buscar, expressar a construção, extensão e o aprofundamento do estatuto político de democracia com base na transformação social. É neste cenário que o fato de ser cidadão acarreta obrigações para o indivíduo, mas, por outro lado, dá a ele o direito de exigir (DALLARI, 1994).

Esse processo de transformação passa também por mudanças substanciais e, no mínimo, três elementos atuam no campo da formação da cidadania: o civil, o político e o social. Direitos que englobam toda a relação da sociedade com a cidadania, teoricamente, não deveriam impedir o reconhecimento ao direito da cidadania, pois é a possibilidade destes de fundamentar os elementos que permeiam a vida em sociedade.

Dessa forma, Souza (2004) define três estágios históricos do conceito de cidadania: clássico, liberal e social. São precisamente esses três elementos que concretizam as ações atualmente capazes de compreender, argumentar e propor alternativas para os problemas encontrados nas comunidades. Não cabe discutir profundamente aqui a evolução histórica destes preceitos, mas possibilitar o entendimento dos princípios, direitos e garantias que levam a sociedade ao exercício da cidadania. O que interessa saber é que esses direitos sejam reconhecidos e assegurados (ROCHA, 2000).

Entendemos como cidadania clássica o elemento que congrega os direitos do cidadão na sociedade exercendo sua legitimidade política que se configurou na Grécia Antiga e na sociedade contemporânea. Para ser cidadão, o homem precisa estar compenetrado na vida política para participar das ações que envolvem seu desenvolvimento na gestão pública. A democracia política foi um dos impulsionadores da cidadania clássica que se configurou no presente para exemplo das sociedades que enxergavam na política a forma de exercer cidadania.

A cidadania liberal, por sua vez, é conhecida pelo movimento conhecido por Revolução Francesa (1789) norteadas pelo lema liberdade, igualdade e fraternidade, que envolve ações profundas de mudança social que representa o pensamento iluminista e desenvolve toda uma relação dos direitos

civis e políticos, com base na reconstrução da cidadania. Assim, podemos dizer que a cidadania liberal faz uma distinção da clássica a partir da forma como o indivíduo na sociedade tem o direito à liberdade e igualdade.

Uma das principais diferenças entre a cidadania clássica e a cidadania liberal se encontra principalmente na ampliação do conceito de liberdade e de igualdade, e na forma de representação que na cidadania liberal se configura de forma indireta, através de representantes do Estado (SOUZA, 2004, p. 97).

A cidadania social surge então para moldar a relação que vimos anteriormente. Muitas vezes, compreendemos os direitos como uma concessão. Contudo, a cidadania não é ofertada como um produto, ela é construída e conquistada a partir de nossa capacidade de participação no meio social. Esta apresenta teoricamente a junção dos outros conceitos, ou seja, qual a estratificação social que permite o reconhecimento ao direito de cidadania. O que podemos acrescentar é que, numa sociedade tão contraditória e cheia de diferenças sociais, certamente encontramos sujeitos que se enquadram diferentemente em cada um desses “estágios de cidadania” (SOUZA, 2004).

Neste histórico de busca pela cidadania, vimos que a participação da sociedade civil tem mudado com o passar dos anos, especialmente nas últimas décadas, a partir do engajamento da população em movimentos por melhores níveis educacionais e acesso ao meio informacional em grande expansão. A tendência da população é ir em busca de mecanismo que façam aflorar seus direitos na sociedade.

É preciso reconhecer que existem obstáculos e dificuldades, mas a história da humanidade demonstra que é possível avançar no sentido de construir sociedades mais justas, onde todos sejam livres e iguais em dignidade e direitos (DALLARI, 1994, p. 81).

A falta de instituições/organizações que ofertem, principalmente o acesso à informação, demonstra que a luta pela cidadania se constitui num processo democrático de direito, a partir do reconhecimento que democracia implica em desenvolvimento e habilidades para o acesso a novos conhecimentos, em especial a busca e uso da informação que abrange o ensino-aprendizagem no processo de efetivo exercício da cidadania.

Se a inclusão social dos indivíduos é relativamente relacionada com as necessidades da comunidade, como podemos relacionar a busca de acesso à informação à margem das oportunidades e das escolhas que se verificam por meio da conscientização? Especificamente com relação à informação e a forma como se tem acesso? A dimensão “social” da democracia marcou o primeiro

grande salto na conceituação dos “direitos humanos” e na extensão do significado prático da cidadania (HERKENHOFF, 2000). O grande desafio é, portanto, além de incorporar novos direitos aos já existentes, integrar cada vez mais os indivíduos ao gozo dos direitos já reconhecidos e compreender o uso da biblioteca e seus recursos como habilidades individuais dos indivíduos para a construção da cidadania.

Vimos ao longo destes preceitos que o significado da palavra cidadania evoluiu com o decorrer do tempo; assim, ser cidadão não é apenas estar em gozo dos direitos civis e políticos; desempenhar os deveres para com o Estado e a comunidade é certamente algo mais (HERKENHOFF, 2000).

Este mesmo autor acrescenta que seu conteúdo estendeu-se ao longo do tempo e do convívio social dos indivíduos, não está apenas no contexto ou entendimento civil e político de cada um, pois estes conceitos ganharam novas formas de entendimento. “O conteúdo da cidadania alargou-se ao longo da história. A cidadania hoje não tem apenas o conteúdo civil e político de sua formulação original. Modernamente, a cidadania abrange outras dimensões”. (HERKENHOFF, 2000, p. 19).

O aspecto que revela o acesso à informação é um marco em dimensões que verdadeiramente faz o entendimento do indivíduo numa sociedade participativa. De acordo com Ferreira (2004), ser cidadão é ter e exercer cidadania; gozar dos direitos civis e políticos; cumprir os deveres que temos para com o Estado e a comunidade. Dessa forma, é preciso ter instituições em que as necessidades dos indivíduos possam ser atendidas. Para Targino (1991) apud Rocha (2000) “a cidadania, então, é um *status* concedido àqueles que são elementos integrais de uma comunidade”.

Neste cenário, várias transformações se processam, principalmente porque se descobre que o mundo vive um grande desafio; questões sociais e tecnológicas que marcam o poder e o controle econômico sobre a sociedade, como relacionar o poder que a informação tem na conjuntura do contexto social contemporâneo.

2.1 Informação e Construção da Cidadania

A cidadania é, pois, um status construído a partir dos direitos políticos, civis e sociais, elementos que até os nossos dias atravessou e atravessa fases diferentes no contexto social. Esses elementos se encontram e desencontram. O desafio, portanto, constitui-se em atrelar e articular projetos individuais com a participação e responsabilidade da sociedade para exercer cidadania.

A cidadania não se constrói, portanto, por decretos ou intervenções externas. Trata-se de um processo que se dá no interior das práticas sociais vigentes, resultando do acúmulo de experiências engendradas. A cidadania se constrói no cotidiano através da identidade político-social que pode ser gerida por práticas e ações de informação cotidianas (SOUZA, 2004, p. 100).

Já para Herkenhoff (2000), a cidadania é hoje muito mais do que isto. Diante das conquistas traçadas pelo homem no campo social, podemos destacar a importância e as condições de exercer cidadania através da informação. O passo fundamental para propiciar a informação como um bem simbólico é explorar os traços da cidadania. Para melhor entendimento, é importante analisar os dois elementos que fundamentam esta discussão, informação e cidadania.

Para conhecer e exercer seus direitos, o cidadão precisa de desenvolvimento social que perpassa pelo acesso à informação, como forma de tornar-se capaz de fazer melhores suas escolhas e construir novos pilares na sociedade. Acrescentando, Souza (2004) destaca que o acesso à informação permite a organização da população, gera consciência coletiva e amplia os espaços de cidadania e de estabelecimentos de práticas que apontam novos horizontes e caminhos.

Targino (2006) afirma que não há exercício da cidadania sem informação. Isto porque, até para cumprir deveres e reivindicar direitos, sejam eles civis, políticos e sociais, o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los.

Viver, ser livre, informar-se, ter acesso à educação e saúde, e participar dos movimentos políticos e sociais constitui a base de uma vida cidadã e apenas quando estes são postos em prática é que existe cidadania (PINSK; PINSK, 2005).

A importância da informação para o exercício de cidadania assumiu ainda mais na contemporaneidade status de potencialidade de promover mudança social. Segundo Souza (2004), os questionamentos e mudanças no meio social começam a surgir quando colocamos a informação no contexto das práticas sociais, concebendo-a como um elemento de fundamental importância, já que é através da interação informacional que os sujeitos se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres.

O acesso à informação decorrente da falta e da carência de políticas públicas de acesso à informação pode contribuir com o enfraquecimento do fazer social, tendo em vista que todos almejam ser cidadãos desenvolvidos, com acesso ao conhecimento mas esbarram na falta de instituições que proporcionem ao cidadão a interação necessária, causando mudanças no meio social e novas posturas na sociedade.

Esta preocupação do indivíduo com o acesso à informação parece estar diretamente ligada à busca pela cidadania. Apesar de toda uma evolução tecnológica que surgiu com a substituição de antigos mecanismos que disponibiliza a informação à sociedade, parece-nos que ficou ainda mais difícil o seu acesso. Donde decorre a necessidade de superação deste estágio, já que, segundo Targino (2006), não há exercício da cidadania sem informação.

Para que esse problema tenha um tratamento diferenciado, teríamos que aumentar a relação que a informação tem com a cidadania, salientando que o conceito de cidadania e o papel do cidadão em busca deste acesso à informação são essenciais para mudança social.

Assim como a informação é importante para o exercício da cidadania, o acesso a ela apresenta diferentes perspectivas que passam pelas políticas de acesso à informação. “A sociedade atual passa por transformações com um grande impacto na forma como acedemos à informação e ao conhecimento, como aprendemos, comunicamos e nos integramos socialmente” (PORTUGAL, 2017, p. 15).

Apesar do desenvolvimento de políticas de acesso à informação, alguns projetos/programas têm demonstrado dificuldades em satisfazer as novas necessidades da sociedade da informação, revelando uma efetiva fragilidade em algumas instituições e/ou organizações que trabalham principalmente com pesquisas que envolvem setores da sociedade. Pois os indivíduos precisam encontrar a informação necessária e ter capacidade de usar e utilizar de forma que estabeleça o exercício da cidadania.

Este panorama evidencia que as políticas públicas de acesso à informação, principalmente as mais recorrentes e atuais como o movimento pelo acesso aberto às publicações científicas, refletem o estado de desenvolvimento dos usuários, para identificar fontes confiáveis, tomar melhores decisões, utilizar sistemas informacionais e fazer valer o exercício da cidadania. Portanto, apesar dos investimentos feitos, não se tem uma preocupação com o conjunto de competência informacional para a sociedade da informação como ações que desenvolvem o acesso e favoreçam as dimensões para uma sociedade da informação para geração de novos conhecimentos.

3 O PAPEL DO MOVIMENTO DO ACESSO ABERTO NO CONTEXTO DA CIDADANIA

O movimento pelo efetivo livre acesso à informação vem crescendo desde a década de 90 com chegada da *World Wide Web* e a temática vem sendo explorada por diversos setores como fomento do movimento do acesso aberto, ao mesmo tempo, pode ser considerado como uma nova forma para o exercício da cidadania, pois representa algo mais que a disponibilidade e acesso da informação gratuita a qualquer pessoa, à medida que se baseia na premissa que o conhecimento científico é um bem público.

Isto, porque, quando tratamos de indivíduos não se pode esquecer que suas características de personalidade, suas expectativas, seus objetivos pessoais e histórias particulares determinam seu comportamento. E, por conseguinte, seu comportamento é orientado para a satisfação de necessidades e alcance de objetivos, sejam pessoais ou direcionados para favorecimento dos coletivos ou organizações das quais participam ou estão inseridos na sociedade. (COSTA; RAMALHO, 2019, p. 138)

Aqui devemos colocar em evidência o acesso às informações científicas, apesar desse se constituir um fator importante, cuja concepção revela diversas divergências no que concerne ao acesso à informação como condição à efetividade da cidadania, já que nem sempre é disponibilizado. Tal concepção aponta para a importância de políticas públicas de acesso à informação na sociedade, para reger as relações sociais dos indivíduos e sua cidadania, e, nesse sentido, esta presume, entre outros, o direito do indivíduo à informação.

Este contexto faz emergir um outro entendimento da ação de políticas públicas de acesso à informação no contexto da cidadania, ou seja, a atuação diante das novas formas de pensar cidadania na formação dos indivíduos e da relação com a literatura científica. Trata-se da valorização do sujeito em virtude de suas ações com base na informação que é disponibilizada pode efetivar sua cidadania.

A cidadania vislumbra, no entanto, instituições que estabeleçam um novo cenário para a busca pelo acesso à informação e seu uso consciente, caracterizadas pela promoção ao acesso e disponibilidade da informação. As políticas de informação aparecem como uma nova conjuntura para a construção de uma comunidade e/ou sociedade com capacidade de compreender as implicações na sociedade contemporânea, bem informados, os cidadãos teriam recursos para identificar novas nuances, apropriando-se de uma competência informacional que justifica o efetivo exercício de cidadania. A informação, neste debate, é promotora da conscientização política, da autonomia dos indivíduos, que assim podem passar a definir o rumo de suas histórias, propondo mudanças sociais em prol de direitos individuais e coletivos (MARTINS; PRESSER, 2015).

A ação da cidadania reforça a importância que deve ser dada às políticas públicas de informações, em outra perspectiva, isso possibilitará desenvolvimento informacional, implicando também no uso efetivo de informação, desde a criatividade, métodos, técnicas e habilidades, como processo de um indivíduo crítico no contexto social na sociedade da informação.

Então, o entendimento que precisamente pode ser construído, porque há toda uma esfera que envolve este processo intrínseco e interdependente entre acesso à informação e exercício de cidadania, faz referência à noção que esta relação é um bem comum e deve convergir na formação dos direitos sociais que integram os preceitos da sociedade da informação.

Nesta ótica, percebemos a urgência de utilização de políticas públicas de acesso aberto às publicações científicas, visto que, para encontrar produtos e serviços informacionais, devem refletir sobre as novas formas de adquirir conhecimento que envolvem práticas sociais para se chegar a novos conhecimentos. Isso implica também na forma como os indivíduos podem se encontrar estes produtos/serviços, que coincidem com o próprio desenvolvimento da sociedade da informação.

Qualquer projeto na área só chegará ao seu objetivo se tiver uma política de informação que permita o acesso a ela sem restrições (MILANESI, 1983).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destas concepções, é importante destacar a importância de políticas públicas de acesso à informação, principalmente voltadas ao acesso aberto à informação científica, pois atuam como facilitadoras do acesso ao conhecimento, consolidado em ações voltadas para geração de novos conhecimentos, com iniciativas coordenadas do uso consciente da informação para obter mais conhecimento e exercer cidadania.

Para este efeito, importa refletir sobre um novo paradigma em que vive a Sociedade da informação, pois não basta apenas dispor de acesso sem que haja estruturas que forneçam subsídios para o indivíduo por meio de políticas públicas de acesso à informações científicas.

É importante salientar que o acesso informação passou a ser uma questão de conduzir a sociedade a novas formas de utilizar as tecnologias da comunicação, adotando conceitos democráticas de obter conhecimento e exercer cidadania, contudo, é necessário que tenham propostas que contemplem a promoção e o desenvolvimento de políticas públicas de acesso à informação que disponibilize formas de acesso e possibilite o desenvolvimento de recuperação, uso e compartilhamento da informação como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável e confiável.

Portanto, as políticas públicas de acesso à informação devem estar presentes adequadamente a objetivos, sendo possível permitir a obtenção de novos conhecimentos atrelados ao impacto social que compõem o cenário da Sociedade da Informação, contribuindo com o fomento do desenvolvimento da ciência e especialmente ao uso consciente desta, conectado ao desenvolvimento da competência informacional do indivíduo em seus deveres na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 25 de jul 2014.

COSTA, Luciana Ferreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. Comportamento infocomunicacional: perspectivas sobre definição, práticas e modelos de estudos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, maio/ago. 2019.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1988.

_____. **O que são direitos da pessoa**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, v. 49)

FERREIRA, Emanuelle Geórgia Amaral; SANTOS, Elisete, Souza; MACHADO, Miriam Novaes. Política de informação no Brasil: a lei de acesso à informação em foco. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 2, n. 1, mar. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/1616>. Acesso em: 15 jul. 2019.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação / Universidade de Brasília, 2012.

HERKENHOFF, João Batista. **Como funciona a cidadania**. Manaus: Valer, 2000.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARELLUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan/abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf> Acesso em: 15 jul. 2019.

MARTINS, Carine Jansen Batista Neves; PRESSER, Nadi Helena. A promoção da cidadania por meio do acesso à informação. **Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 133-150, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pbcib/article/view/24097> Acesso em: 22 jul. 2019.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção: biblioteca/centro de cultura**. 2. ed. Cotia: Ateliê editorial, 2003.

_____. **O que é Biblioteca**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, v. 94)

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **História da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PORTUGAL. Rede de Bibliotecas Escolares. **Aprender com a biblioteca escolar: referencial de aprendizagens associadas ao trabalho das bibliotecas escolares na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário**. 2. ed. Lisboa: RBE, 2017. E-book. Disponível em: http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/1906/referencial_2017.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 29, n. 1, 2000. Disponível em: <
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/897/934> Acesso em: 23 jun 2019.

SILVA, Helena et. al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 34, n. 1, p. 28-36, jan./abr. 2005.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, jan/abr., 2015.

SOUZA, Edivanio Duarte de. **Informação e construção da cidadania: representação das ações de informação da casa pequeno Davi**. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

TAKAHASHI, Tadao (Org.) **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 203p.

TARGINO, Maria das Graças. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação. Teresina: EDUFPI, 2006.

UNESCO. **As pedras angulares para a promoção de sociedades do conhecimento inclusivas**: acesso à informação e ao conhecimento, liberdade de expressão, privacidade e ética na internet global. Paris, França: UNESCO, 2017.

Recebido/ Received: 13/08/2019
Aceito/ Accepted: 25/08/2019
Publicado/ Published: 11/09/2019